

POLÍTICAS DE REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM UM CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL: ESTUDO DE CASO DA ZONA PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro

Doutorando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense

joaocarlosmonteiro@gmail.com

RESUMO: À luz dos recentes projetos de transformação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, o presente trabalho tem como objetivo questionar os pressupostos angariados por agentes públicos e privados que resultaram na estigmatização dos bairros centrais, bem como os discursos que legitimaram a concretização de projetos urbanos e as recentes iniciativas de revalorização simbólica para alavancar a ensejada “revitalização” da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Parte-se de uma perspectiva histórica para analisar a evolução das representações sobre este setor da cidade e a influência do fenômeno de neoliberalização neste processo para, finalmente, debatermos a construção das políticas de representação que acionam estigmas sobre o território de forma a legitimar o projeto de “revitalização” concebido por grupos hegemônicos.

Palavras-chave: políticas de representação, neoliberalização urbana, Porto Maravilha.

GT – 09 - A produção do urbano: abordagens e métodos de análise

1 INTRODUÇÃO

É imperativo analisar e expor as práticas dos atores que moldam as representações, sua difusão pela mídia e como elas se apresentam no discurso de agentes públicos e privados. À luz dos recentes projetos de transformação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, o presente trabalho tem como objetivo questionar os pressupostos angariados por agentes públicos e privados que resultaram na estigmatização dos bairros centrais, bem como os discursos que legitimaram a concretização de projetos urbanos e as recentes iniciativas de revalorização simbólica para alavancar a ensejada “revitalização” deste setor urbano.

Análises históricas que demonstram a evolução das representações sobre um determinado território ajudam essa tarefa. Por este motivo, a primeira parte do artigo trata das representações da zona portuária do Rio de Janeiro numa perspectiva histórica. Em seguida tratamos do fenômeno de neoliberalização como chave analítica para compreensão de como esta política de representação se estabelece. O esforço dos promotores públicos e privados consiste na adaptação do espaço físico e este está intrinsecamente relacionado ao esforço de transformação das imagens, discursos e representações existentes sobre a zona portuária. Na terceira parte, discutimos o que está sendo chamado de políticas de representação para, em seguida, apresentarmos o debate sobre a estigmatização territorial. Entende-se assim que as representações também são instrumentos para atribuir qualidades negativas sobre determinados espaços. Trata-se de demonstrar que as representações negativas sobre a zona portuária acionadas pelos promotores do projeto Porto Maravilha foram fundamentais para legitimar a operação urbana em andamento e como este jogo de atribuições está intimamente relacionada com os processos de estigmatização territorial.

2 EVOLUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Até o início do século XX, a zona portuária da cidade foi densamente ocupada pela atividade comercial e industrial que garantiram o funcionamento deste que foi um dos maiores entrepostos comerciais da América Latina. Além de conformar esta ampla rede de serviços, os bairros portuários apresentavam-se como um importante setor residencial da cidade, abrigando uma população de baixa renda. Tratava-se de uma área ainda disponível a uma população sem poder de mobilidade, trabalhadores livres e escravos que precisavam estar próximos ao centro, onde o

trabalho era buscado diariamente (Abreu, 2006). Este perfil socioeconômico se refletia na grande quantidade de cortiços localizados nas freguesias centrais. Nas primeiras décadas da República, estas habitações coletivas (“cortiços”, “estalagens”, “avenidas” e “casas de cômodos”) passaram a ser alvo de uma série de posturas municipais visando a sua erradicação. Legitimadas por um discurso que recriminava seu aspecto “insalubre” e “promíscuo”, as ações públicas que se seguiram buscaram a extinção desse tipo de habitação (Abreu, 1986). Como consequência das ações violentas de despejo, muitos dos encortiçados improvisaram moradias na encosta de um dos morros da região, dando origem àquela que hoje é considerada a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência (Valladares, 2005).

As ações de extinção dos cortiços ilustram um conjunto de ações da elite carioca que, desde meados do século XIX, apresenta uma preocupação em relação ao crescimento da população pobre – e sobretudo negra – na então capital federal. É neste contexto que Chalhoub (1996) relata uma íntima relação entre as reformas sanitaristas e as medidas de controle social no meio urbano. Para o autor, o discurso “científico” que sustentou a ideologia das chamadas “classes perigosas” buscava, sobretudo, a construção de dispositivos de controle e expulsão das camadas populares dos bairros centrais da cidade. O combate aos cortiços era assim uma forma de restringir a presença desta população neste território. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano. Em torno da ideologia das “classes perigosas” havia uma construção discursiva que igualava a pobreza às doenças e à bandidagem. Isso se aplicava de maneira incisiva à população negra que passou a se concentrar nos distritos centrais da cidade.

Num cenário de aumento do fluxo de imigrantes, os cortiços se proliferaram, principalmente nos arredores do antigo porto. Esse processo gerou uma preocupação das autoridades de polícia que buscavam dispositivos para restringir a presença desta população pobre e negra na área central carioca através de uma série de regulamentações impondo regras para o padrão construtivo das habitações, da intensificação do policiamento e de intervenções de “melhoramentos” (Abreu, 1986). O auge destas ações viria gerar, a partir da primeira metade do século XX, a brutal segregação socioespacial, já amplamente estudada, impulsionada pela reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906).

Os cem anos que separam a Reforma Passos das recentes tentativas de “revitalização” dos bairros centrais cariocas foram marcados por intensas transformações do tecido urbano na região.

As atividades portuárias foram deslocadas para o novo complexo de transporte marítimo de cargas no bairro do Caju. A população local diminuiu consideravelmente a partir dos anos 1960, como mostram os consecutivos recenseamentos realizados. Os bairros centrais se transformaram em “ilhas” desconectadas do restante da cidade, um processo gerado pelo ideário rodoviarista que transformou esse espaço num mero corredor viário conectando os diversos pontos da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XX, observa-se um desinvestimento do poder público nos bairros centrais, acompanhado por um desinteresse do capital imobiliário e das classes média e alta pela região.

Os distritos centrais – e especialmente suas periferias imediatas como os bairros do Catumbi, Cidade Nova e os bairros portuários – consolidam-se cada vez mais como um espaço de moradia de populações de baixa renda, que se aproveitam do esvaziamento econômico e dos relativos baixos valores fundiários para provirem suas necessidades habitacionais. Nas favelas da região, como em muitas outras da cidade, o tráfico de drogas se instala criando territórios intransponíveis em plena área central do Rio de Janeiro. Legislações e zoneamentos que incompatibilizavam a mistura de usos e a diversidade funcional completaram o cenário que, no último quartel do século XX, seria caracterizado, pela mídia e pelo poder público, como de “crise”, “degradação” e “declínio”.

A partir da década de 1980, a chamada “revitalização” da área central do Rio de Janeiro ganha fôlego, acompanhando a tendência internacional do fenômeno de “volta ao centro”, o que levou à criação de alguns programas que visavam reverter o processo de “degradação” desse espaço. O discurso público referente à reversão do processo de “degradação” ganha forma a partir dos anos 1980, apoiado na reabilitação do patrimônio histórico e arquitetônico. As ações contemplavam o incentivo à proteção e recuperação de imóveis tombados e melhorias da infraestrutura e do mobiliário urbano. Observa-se nesse período a expansão de centros culturais, museus, livrarias e cafés, de forma a atender uma demanda concentrada nas classes média e alta que circulam e trabalham nesse espaço. Nesse primeiro momento, essas ações concentraram-se no *central business district* carioca e não foram expandidas para os demais setores da área central como os bairros do Catumbi, Estácio e os bairros portuários, cujas dinâmicas sociais e econômicas não satisfaziam aos interesses do capital privado e, conseqüentemente, estavam fora do alvo das intervenções públicas. Mas é a partir da década de 1990 que as intenções complexificam-se em um conjunto de políticas urbanas, majoritariamente formuladas pelo poder público municipal.

Durante as gestões César Maia (1993-1997; 2001-2009) e Luiz Paulo Conde (1997-2001), a retórica da revitalização é estruturadora de uma série de intervenções que buscavam desenvolver um mercado de produção e consumo cultural no centro.

A chamada “requalificação” do espaço público é também acionada pelo discurso oficial, concretizando-se a partir de obras de reurbanização, paisagismo e combate ao comércio ambulante. Buscava-se com essas ações, criar condições para a reanimação da atividade comercial e do mercado imobiliário da área central, um típico processo de revalorização urbana apoiado pelo investimento direto do poder público. Nos últimos quinze anos, indícios de reinvestimento do capital imobiliário, inclusive no ramo residencial, e a consolidação de atividades turísticas e recreativas no setor prioritário de intervenção respaldaram a hipótese difundida pela mídia e pelo poder público municipal de uma reversão do processo de “degradação” da área central (Monteiro, 2015). Essa nova realidade é, em grande medida, resultado da adoção de um modelo de planejamento e gestão baseado no empresariamento urbano (Harvey, 1989), caracterizado pelo marketing urbano, pela privatização de atribuições tradicionalmente pertencentes ao poder público e pela criação de um ambiente favorável para os investimentos privados.

Dando continuidade a esse processo, em 2009, a criação do projeto Porto Maravilha – uma operação urbana amparada na “revitalização” da antiga zona portuária do Rio de Janeiro – possibilitou a incorporação de um território de cinco quilômetros quadrados à lógica de revalorização. Com vistas a assegurar a viabilidade dos investimentos, o projeto prevê a transformação física e simbólica de bairros historicamente ocupados por uma população de baixa renda e até então pouco afetada pela dinâmica de revalorização em curso, transformando-os numa extensão do central business district carioca e num novo polo de turismo da cidade (Monteiro e Andrade, 2012). Trata-se de uma intervenção que prevê a implementação de um novo sistema viário e de mobilidade urbana (como a construção de um sistema de veículos leves sobre trilhos), a reforma e ampliação da rede de saneamento, a requalificação de espaços públicos, entre outros. Há ainda a inclusão de grandes equipamentos de cultura e entretenimento – o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio e o Aquário do Rio – além da reforma dos antigos armazéns para fins culturais e comerciais. O projeto previa a ampliação da capacidade de atracamento de transatlânticos turísticos e a demolição de um dos mais movimentados viadutos da cidade, a fim de melhorar a paisagem da região, abrindo a vista para a Baía de Guanabara. São previstos trinta anos para a implementação completa do projeto que, quando finalizado, espera atrair para a região novos investimentos dos setores turístico e comercial e, sobretudo, imobiliários, além de cem mil

novos residentes (atualmente a área possui cerca de trinta mil moradores). Para viabilizar esse incremento, o poder público oferece, além dos tradicionais incentivos fiscais, uma mudança na legislação urbanística exclusiva à área do projeto. Pretende-se criar assim um ambiente favorável às realizações do capital imobiliário.

Este breve histórico nos permite compreender que ao longo de todo o século XX o centro da cidade do Rio de Janeiro esteve representado nos discursos das elites políticas e econômicas como um espaço a ser “corrigido”. Num primeiro momento, as intervenções eram legitimadas pela ameaça da concentração da população negra à segurança pública e pelos perigos das condições de provisão habitacional da classe trabalhadora à saúde pública. A partir da segunda metade do século, a estigmatização ganha novos álibis: a violência e a degradação do ambiente físico somam-se ao desprestígio da ocupação deste espaço por uma população de baixos rendimentos. Como nos lembra Villaça (2001), no Brasil os atributos de “declínio”, “crise” ou “degradação” identificados em determinados setores do espaço urbano são imperativamente conferidos àqueles setores de caráter popular, ocupados, vividos e usados por essas populações. Entende-se que as atuais intervenções na área central não surgiram de um anseio recente das elites políticas e econômicas. Elas vêm se arrastando há décadas, buscando legitimidade para alcançar status de ideia-força.

Utilizamos a ideia de “reinvenção” da zona portuária tal como utilizada por Sánchez (2010), Serpa (2007), Colomb (2013), Gallagher (2013) em trabalhos relacionados a outros estudos de caso. Segundo o Dicionário Houaiss, reinventar significa “tornar a inventar, recriar uma solução para um problema antigo mas que exige uma nova abordagem; reelaborar”. Acreditamos que este sentido da palavra é muito adequado para caracterizar as ações *mises en place* no âmbito do Projeto Porto Maravilha e que serão discutidas nas próximas páginas.

Indivíduos e coletividades desenvolvem ideias ou fragmentos de ideias sobre lugares, seja sob a forma de estereótipos, imagens, imaginários, slogans ou simplesmente associações mentais. Esta pesquisa trata, portanto, das representações sobre o espaço urbano e as políticas por trás de sua construção, mobilização, circulação e manipulação. Ou seja, sobre a sua reinvenção.

3 A URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL

O conceito de neoliberalismo tem sido amplamente trabalhado pela geografia urbana crítica. A partir do último quartel do século XX, o declínio do regime de acumulação fordista-keynesiano nos países do Norte, o colapso da alternativa socialista e o desmantelamento do nacional-

desenvolvimentismo no capitalismo periférico, instigaram um grande volume de intelectuais a acionarem o conceito como chave explicativa para as transformações recentes do espaço urbano. Assistiu-se assim a uma multiplicação de trabalhos que buscaram compreender o fenômeno. Uma consulta às bases de periódicos acadêmicos aponta que essa difusão pode ser observada em escala planetária, respaldando análises do processo de transformação de metrópoles do capitalismo central bem como do capitalismo periférico.

Nas últimas três décadas, observa-se que esta geografia urbana crítica tem sido responsável por uma profusão de trabalhos científicos empenhados em investigar como a produção do espaço urbano e o ordenamento territorial vêm sendo influenciados pelo fenômeno de neoliberalização (Hackworth, 2007). Essa literatura, difundida internacionalmente por autores majoritariamente alinhados à escola neomarxista anglófona, ou por ela influenciados, pressupõe que o neoliberalismo se conformou a partir dos anos 1970 como uma ideologia, um modelo de governança urbana e um motor estruturante das transformações socioespaciais (Peck et al, 2009; Merrifield, 2002). Argumenta-se que os artefatos estruturais dos regimes de acumulação e de planejamento coordenadores da espacialização do capitalismo ao longo da segunda metade do século XX estariam sendo desmontados face a uma imposição da racionalidade neoliberal que ganha pujança sob a forma de novas instituições, práticas e acordos sociais fundamentados a partir da trilogia indivíduo, mercado e não-intervencionismo estatal (Bourdeau et al., 2006; Andersen, 2008).

Essa bibliografia aponta que, na escala local, o fenômeno de neoliberalização se territorializa fundamentalmente sob a forma de grandes projetos urbanos, também conhecidos como megaprojetos urbanos. Este modelo de intervenção está baseado na seleção de setores urbanos específicos que, por apresentarem características vantajosas para a lucratividade de capital, acabam por ser alvo de investimentos públicos e privados que asseguram sua inserção no fluxo global de acumulação capitalista. Dessa maneira, os grandes projetos urbanos seriam a expressão máxima do fenômeno de neoliberalização por comportarem os pressupostos fundamentais da racionalidade neoliberal e por romperem com a tradição fordista-keynesiana de produção do espaço urbano (Swyngedouw et al, 2002; Theodore et al, 2011; Ward, 2007). Dessa forma, analisar o Projeto Porto Maravilha à luz desta literatura internacional é fundamental para a compreensão das transformações da zona portuária do Rio de Janeiro.

Esquemáticamente, é possível identificarmos quatro vertentes inter-relacionadas de compreensão do neoliberalismo: ideológica, econômica, cultural e política (Jessop, 2002; Cochrane, 2007).

No nível ideológico, a doutrina neoliberal se baseia na hipótese que a eficiência das relações políticas, econômicas e sociais podem ser otimizadas quando os atores individuais assumem um protagonismo desvencilhado de regulações e normas, sendo a chamada liberdade individual suficiente para o seu próprio desenvolvimento.

No nível econômico, o neoliberalismo funciona a partir da aplicação de um receituário composto de ferramentas que favorecem a expansão do livre-mercado, seja em termos geográficos – com a expansão da racionalidade mercadológica por todo o planeta –, seja em termos de mercantilização de todas as esferas da vida, em que todos os fatores de produção e relações sociais se transformam em moedas de troca (Kornberger, 2010).

No plano cultural, além da mercantilização acima citada, o neoliberalismo impregna uma lógica de consumo que afeta a forma dos indivíduos se relacionarem com os afetos e desejos, transformando esses sentimentos naturais do ser humano em objetos economicamente adquiríveis no mercado (Hardt e Negri, 2000; Povinelli, 2011; Anderson, 2012).

Finalmente, no plano político-institucional, a racionalidade neoliberal prega que a centralização e a burocratização que permitem a intervenção estatal em assuntos econômicos e sociais devem ser desmanteladas em prol da responsabilização dos atores individuais considerados racionalmente capazes de trilhar o caminho para o “bem comum” da sociedade sem a necessidade de regulações governamentais.

Esses elementos do pensamento neoliberal tiveram uma grande influência na produção do espaço urbano nas últimas três décadas. Uma das principais mudanças foi a ascensão do empresariamento urbano, teorizado por Harvey (1989). A difusão deste modelo de gestão e planejamento das cidades possibilitou novas estratégias de acumulação do capital fossem vinculadas a projetos de intervenção no espaço urbano, principalmente sob a forma parcerias público-privadas, utilizando-se da retórica discursiva da “regeneração”, “revitalização”, “requalificação” ou mesmo “reciclagem” de setores inteiros de cidades (Hall e Hubbard, 1998; Swyngedouw, 2002; Harris e Williams, 2011).

Apesar de o neoliberalismo assumir formas diferentes em cada nação ou cidade, e que cada sociedade experimenta a conformação da racionalidade neoliberal de maneira diferente – as formações híbridas, como apontadas por Brenner, Peck e Theodore (2010) –, é inegável que

estamos nos referindo a um processo de caráter global. E, como tal, alguns traços aparentam ser comuns em diferentes contextos sociais e geográficos.

Um elemento que parece comum nas centenas de estudos de casos produzidos no campo da geografia urbana nas últimas décadas é a intensificação da busca por investimentos e, para tal objetivo, a corrida para a criação de ambientes atraentes – leia-se “facilitadores” e “seguros” – para a fixação do capital internacional em circulação. Este é um elemento central deste trabalho: compreender como a zona portuária do Rio de Janeiro sob a tutela do Projeto Porto Maravilha está sendo moldada para criar um ambiente construído adequado para a captura de investimentos. No entanto, o que queremos ressaltar é que esse esforço de adaptação do espaço física está intrinsecamente relacionado ao esforço de transformação das imagens, discursos e representações existentes sobre esse setor da cidade. Trata-se, portanto, de entender que a revalorização fundiária deste espaço está imbricada a sua revalorização simbólica.

Um dos produtos entregues pelos grandes projetos urbanos é a criação de paisagens e espaços padronizados destinados a atrair não apenas o capital sob a forma de investimentos imobiliários, mas também turistas e a chamada classe criativa (Florida, 2005). Muitas pesquisas vêm revelando como bulevares comerciais, eventos culturais e edifícios icônicos se reproduzem como cogumelos em cidades que adotam um receituário neoliberal de produção do espaço urbano. Estes elementos materiais são essenciais nas estratégias de marketing e branding, importantes componentes do empresariamento urbano; são objetos que auxiliam os promotores deste modelo de desenvolvimento urbano a darem o tom da política de representação formulada para os espaços pretendidos para revalorização. Na segunda parte deste documento veremos como a política de representação tem um papel fundamental no acionamento e na neutralização de estigmas sobre um determinado espaço, criando as condições para o sucesso ou o fracasso de grandes projetos urbanos.

4 POLÍTICAS DE REPRESENTAÇÃO

A construção de representações é uma prática intrinsecamente política. E pela sua natureza política, representações são sempre parciais, não podendo ser entendidas como espelhos perfeitos da realidade. Elas estão carregadas da perspectiva daqueles que as concebem e são compostas de verdades parciais e narrativas selecionadas. Como nos lembra Lefebvre (2006),

[...] cada agente da produção do espaço tem suas representações: o promotor, o banqueiro, o comerciante, o proprietário de um terreno etc. Inclusive o “usuário”. Cada membro de um grupo capaz de intervir ou de formular existências [...] também tem suas representações do espaço, do habitat, da circulação etc. (p. 272).

Representações revelam muito, portanto, sobre os sujeitos que as veiculam e sobre os contextos social, histórico e institucional em que estão inseridas. Trata-se de um quadro dinâmico, e não estático ou imutável, podendo ser transformadas e reformuladas.

Esta pesquisa trata da dimensão imaterial das representações sobre o urbano, mas entendendo que sua realização possui também uma dimensão material – que não deve ser tratada como de segunda importância, mas mutuamente imbricada. Ao analisarmos o caso da zona portuária do Rio de Janeiro pretendemos estudar como estas representações são construídas e a expectativa dos promotores do projeto Porto Maravilha em se ajustarem às necessidades e desejos de uma audiência global formada por turistas, investidores e membros da “classe criativa”.

Esse parece ser um dos principais elementos que caracterizam o empresariamento urbano contemporâneo. Apesar deste debate não estar muito presente nos estudos urbanos nos anos 1980, Harvey discutiu amplamente esse tema em seu célebre artigo de 1989, quando identifica que na sequência da crise fordista que afetou em cheio as cidades do capitalismo central, as administrações municipais se tornaram crescentemente preocupadas em promover o desenvolvimento local e a criação de empregos. O autor refletiu especialmente sobre os mecanismos de competição interurbana e sobre “a venda da cidade como um espaço para atividades depende muito da criação de um espaço urbano atraente” (1989, p. 60). E continua sua reflexão ao afirmar que a construção de representações pode gerar efeitos que reverberam não apenas em agentes externos (investidores, turistas, etc.), mas também nos próprios habitantes.

[...] se todos, de punks e artistas de rap aos yuppies e a alta burguesia, participam na produção da imagem urbana através da produção do espaço social, todos conseguem pelo menos ter alguma sensação de pertencer àquele lugar. A produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem-sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capital alija cada vez mais o senso de lugar (1989, p. 60).

Será interessante avaliarmos nesta pesquisa a tentativa dos promotores do projeto Porto Maravilha em transformar a zona portuária da cidade em um lugar de refúgio mental como ponto nodal do orgulho olímpico não apenas dos cariocas, mas de todos os brasileiros.

Este curto parágrafo do artigo seminal de Harvey resume os ingredientes desta política de representação em um contexto de neoliberalização. Mesmo que Harvey não cite o conceito de neoliberalismo neste texto – lembremos que o debate ainda não se fazia presente no final dos anos 1980 quando o artigo foi publicado – ele instiga a reflexão que será retomada por diversos autores do campo dos estudos urbanos nas décadas seguintes: espetacularização, privatização e mercantilização, marketing urbano, planejamento estratégico, entre outros.

O capital possui aqui um papel fundamental. Ele é mobilizado para a produção e circulação de representações, graças ao trabalho de diversos agentes e agências (escritórios de publicidade, por exemplo); para a organização de grandes eventos esportivos e culturais, que possuem estreita relação com a formação dos patriotismos locais; e a construção de objetos espetaculares para composição de paisagens, tais como museus, pontes, casas de ópera, etc. que são acionados para posicionar espaços específicos de uma cidade no mapa das representações e no imaginário coletivo.

Finalmente, considerando esta relação estreita entre a política e as representações, uma das reflexões que instigam esta pesquisa é a possibilidade das representações se situarem na margem do visível e do invisível, sobre as possibilidades de representações poderem ser acionadas ou anuladas no âmbito de uma grande operação de revalorização urbana, tal como no caso do projeto Porto Maravilha.

Políticas de representação operam de forma seletiva, acionando determinados discursos, imagens, valores e narrativas, e invisibilizando outros. Assim, uma reflexão daquilo que pode ser visível ou invisível é relevante porque determina como os problemas são definidos e quais as soluções são formuladas para solucioná-los.

Mas i) as políticas de representação não devem ser entendidas como operações construídas exclusivamente por agentes hegemônicos – o Estado, o capital, a grande mídia; e ii) elas também não são apenas um exercício político para criação de um imaginário positivo/otimista sobre um determinado espaço.

Sobre o primeiro ponto, o que concerne quem constrói as representações, é preciso chamar atenção que agentes não-hegemônicos também podem atuar nesse sentido, muitas vezes como reação às investidas de grupos externos que almejam fazer valer seus projetos de cidade. Este é o

caso por exemplo dos movimentos e ativismos afros em ebulição na zona portuária do Rio de Janeiro após o lançamento do projeto Porto Maravilha, que criam suas próprias estratégias de representação para se contrapor a alguns discursos e narrativas colocadas pelos promotores da operação urbana em curso, e que será analisada nesta pesquisa.

Sobre o segundo ponto, a política de representação não envolve apenas o elogio a aspectos específicos como forma de promover uma cidade ou de um setor urbano – tal como podemos observar nas estratégias de city marketing e de branding urbano. Representações também são instrumentos para atribuir qualidades negativas sobre determinados espaços. Como pretendemos analisar nesta pesquisa, as representações negativas sobre a zona portuária acionadas pelos promotores do projeto Porto Maravilha foram fundamentais para legitimar a operação urbana em andamento. Veremos no próximo item, como este jogo de atribuições está intimamente relacionada com os processos de estigmatização territorial.

4 A ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL

Na Grécia antiga, o termo estigma fazia referência a sinais corporais que apontavam algo “de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (Goffman, 1963). A Sociologia no século XX apropria-se do termo para tratar da estigmatização como um atributo social que desvaloriza a identidade de um grupo ou de um indivíduo. Nesse sentido, os sociólogos buscam compreender como aqueles sujeitos que não se conformam com normas sociais e padrões de comportamento hegemônicos são passíveis de punição, exclusão e/ou estigmatização. Entre os sociólogos, Goffman pode ser considerado um pioneiro do debate. O autor aplica o termo à “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, e identifica três tipos de estigma: as abominações do corpo (como as deformidades físicas), as culpas individuais (como doenças mentais, prisão, vício, homossexualismo) e os estigmas tribais (como religião, etnia, raça).

É através dos escritos de um outro sociólogo, Loïc Wacquant, que o termo vem ganhando espaço no campo dos Estudos Urbanos. A partir dos trabalhos de Goffman, o autor chama atenção para a possibilidade do espaço ser um elemento distintivo de descrédito social, introduzindo a estigmatização territorial como um novo elemento da tipificação proposta. Nesse sentido, o lugar de residência de um indivíduo pode desqualificá-lo e privá-lo de uma completa aceitação pelos outros (Wacquant, 2007). Apoiando-se no seu estudo comparativo entre bairros populares das metrópoles de Chicago e Paris (Wacquant, 2008), Wacquant busca compreender como um

“defeito” identificado num determinado espaço pode impactar no cotidiano de seus residentes, e também como este atributo negativo pode ser operacionalizado por determinados indivíduos e grupos sociais para interesses próprios.

A presente pesquisa pretende se debruçar sobre este segundo elemento informado por Wacquant. Busca-se analisar a atribuição de características negativas a determinados territórios, tornando-os espaços estigmatizados no conjunto da sociedade. Debates nessa perspectiva vêm ganhando destaque no campo da geografia urbana, principalmente nos meios acadêmicos anglófonos, onde observa-se a difusão do termo proposto por Wacquant. Entendendo a estigmatização como um construto social, diversos autores apontam para a necessidade de analisar como representações relativas a frações do espaço são construídas e difundidas, de interpretar as motivações de sua disseminação e de identificar os agentes dessa ação.

O espaço urbano não é constituído apenas de elementos materiais, concretos, mas também por representações socialmente construídas. A forma como um território é percebido por determinados grupos sociais pode conformar atributos que se tornam hegemônicos – aceitos e reproduzidos pelo conjunto da sociedade –, e homogeneizadores – anulando outras narrativas existentes. O poder simbólico, tal como trabalhado por Bourdieu, exerce um papel fundamental nesse processo, visto que os sujeitos que exercem esse poder são capazes de construir realidades através da fabricação de representações. Nesse sentido, a existência de representações de um território não pode estar desvinculada das relações de poder no âmbito da sociedade capitalista.

Diferentes projetos de cidade estão em disputa. Discursos e representações simbólicas que atribuem determinadas características a uma fração circunscrita do espaço e tornam-se hegemônicos no imaginário coletivo não estão divorciados das práticas socioespaciais, mas existem em comunhão com elas. Grupos sociais desejosos do triunfo de seus projetos de cidade lançam mão de estratégias para este fim. Aqueles que alcançam a hegemonia da vida econômica, social e política acabam por fazer prevalecer suas representações frente o conjunto da sociedade, institucionalizando-as para que adquiram eficácia prática e selecionando aspectos do mundo que são do seu interesse mostrar, silenciando ou inviabilizando representações que não lhes convém. Uma série de recursos podem ser mobilizados por esses atores hegemônicos. A estigmatização territorial é um deles.

A difamação de um lugar pode oferecer o fundamento e a justificativa ideológica para que esses grupos no poder encaminhem as deliberações para alavancar seus projetos de cidade. Como nos adverte Wacquant (2007), a partir do momento que um lugar é rotulado como fora das normas,

“it is very easy for the authorities to justify special measures, deviating from both law and custom”. Uma das formas de alcançar esse objetivo é aquilo que, inspirados em Foucault, chamaremos de “problematização”, entendida como a identificação socialmente construída de um problema. O filósofo faz assim referência aos modos com os quais questionamentos tornam-se enraizados em contextos sociais específicos, e ao conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que fazem com que um determinado elemento seja inserido no campo da dicotomia entre o verdadeiro e o falso, constituindo-se assim como um objeto para reflexão (seja sob a forma de reflexão moral, ou científica, ou política, etc.). O “problema” é um desvio da norma prevalecente numa sociedade. Quando sua existência é considerada intolerável, corrigi-lo torna-se imperativo. No contexto urbano, as intervenções no espaço construído apresentam-se como mecanismos privilegiados para alcançar a “normalização” de territórios apresentados como problemáticos – ou seja, estigmatizados – pelo discurso hegemônico. A literatura internacional mostra que a incorporação desses espaços ao circuito do mercado imobiliário tem sido a principal opção dos promotores públicos e privados em seus esforços de “corrigirem” territórios desvirtuados.

Entretanto, da mesma forma que a estigmatização territorial legitima a intervenção em determinados setores da cidade, ela também pode se constituir como uma barreira para que os projetos de transformação desse setor se concretizem. As representações de um território podem ser tão negativas que correm o risco de funcionar como barreiras para a atração de investimentos. Representações sobre um território não são imutáveis ou incontestáveis, e os mesmos atores que num primeiro momento fizeram prevalecer atributos negativos podem, num contexto de confiança quanto à aceitabilidade social de seus projetos de intervenção urbana, fomentar um novo conjunto de narrativas que vise a revalorização simbólica deste mesmo território. Neste momento, as estratégias de marketing urbano, o branding e a instauração de uma política de representação da parte dos promotores do projeto se fazem presentes.

Como nos ensina Lefebvre (2006), as representações possuem capacidade de dissimular tanto a presença quanto as ausências, definindo as sombras e as claridades, o luminoso e o noturno. Por ser um objeto virtual e sempre em construção, o espaço urbano não é uma realidade acabada. Esta qualidade garante que representações possam emergir e que outras sejam suprimidas ou reelaboradas.

5 CONDISERAÇÕES FINAIS

No momento em que os projetos de “revitalização” são instaurados, o desafio de seus promotores passa a ser a revalorização simbólica desse território. As representações negativas que durante anos foram repetidas nas narrativas dos atores hegemônicos e pela mídia precisam agora ser neutralizadas. A simples transformação do espaço físico, a construção de museus e a reurbanização do espaço público não ditam o sucesso das intervenções. A atração de consumidores e de novos moradores de classe média (público alvo do projeto) depende dessa reversão da estigmatização – que, inspirado na literatura internacional sobre o tema, denomino “desestigmatização” –, que será alcançada em boa medida pelas estratégias de marketing urbano – ou seja, a promoção de aspectos positivos e a conformação de um discurso otimista sobre uma cidade ou um setor urbano.

O objetivo de uma pesquisa que se propõe a refletir sobre a estigmatização territorial não é de negar a existência de problemas num setor da cidade ou romantizar as condições de vida muitas vezes desumanas em que vivem suas populações. Também não seria correto traçar uma relação de causalidade entre o ímpeto de intervenção dos atores hegemônicos e a existência de discursos negativos sobre um território. Pretende-se ir além das ilusões objetivas, tais como definidas por Marx as concepções constituídas para serem superficiais e enganosas, mas que tendemos a aceitar como naturais como a luz do sol. Parafraseando Rancière (1995), os ruídos quando transformados em discursos são suficientemente poderosos para mudar o destino de um lugar. A estigmatização territorial quando capturada por atores hegemônicos comporta um enorme potencial de transformação de uma fração do espaço urbano.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. (1986). Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 2, p. 47-58.
- ABREU, M. (2006). **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPP.
- ANDERSON, B. (2012). Affect and Biopower: Towards a Politics of Life. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 1, p. 28-43.
- BOUDREAU, J.; KEIL, R.; YOUNG, D. (2009). **Changing Toronto: Governing Urban Neoliberalism**. University of Toronto Press, Toronto.

- BOURDIEU, P. (1991). **Language and Symbolic Power**. Cambridge, Polity Press.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. (2010). After Neoliberalization? **Journal Globalizations**, v. 7, n. 3, 327-345.
- CHALHOUB, S. (1996). **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo, Companhia das Letras.
- COLOMB, C. (2013). **Staging the New Berlin: Place marketing and the politics of urban reinvention post-1989**. London, Routledge.
- COCHRANE, A. (2007). **Understanding Urban Policy: A Critical Approach**. Blackwell, Oxford.
- FLORIDA, R. (2005). **Cities and the Creative Class**. London, Routledge.
- GALLAGHER, J. (2013). **Revolution Detroit: Strategies for Urban Reinvention**. Wayne State University Press.
- GOFFMAN, E. (1963). **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity**. New York, Simon and Schuster.
- HALL, T.; HUBBARD, P. (1998). **The Entrepreneurial City: Geographies of Politics, Regime, and Representation**. John Wiley & Sons.
- HACKWORTH, J. (2007). **The Neoliberal City: Governance, ideology, and development in American urbanism**. London, Cornell University Press.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2001). **Empire**. Cambridge, Harvard University Press.
- HARVEY, D. (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. **Geografiska Annaler**, v. 71, n. 1, p. 3-17.
- JESSOP, B. (2002). Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective. **Antipode**, v. 34, n. 3, 452-472.
- LEFEBVRE, H. (2006). **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México, Fondo de Cultura Económica.
- KORNBERGER, M. (2010). **Brand Society: How Brands Transform Management and Lifestyle**. Cambridge, Cambridge University Press.
- MERRIFIELD, A. (2002). **Metromarxism: A Marxist Tale of The City**. Taylor and Francis.
- MONTEIRO, J. (2015). Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, n. 34, p. 441-459.

MONTEIRO, J. e ANDRADE, J. (2012). Porto Maravilha a contrapelo: disputas soterradas pelo grande projeto urbano. **Revista e-metropolis**, n. 8, ano 3, p. 21-31.

BROUDEHOUX, A. e MONTEIRO, J. (2017). Reinventing Rio de Janeiro's old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 19 (3), p. 493-512.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. (2009). Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **SAIS Review of International Affairs**, v. 29, n. 1, p. 49-66.

POVINELLI, E. (2011). **Economies of Abandonment: Social Belonging and Endurance in Late Liberalism**. Duke University Press.

RANCIÈRE, J. (1995). **La Mésentente: Politique et Philosophie**. Paris, Galilée.

SÁNCHEZ, F. (2010). **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos.

SERPA, A. (2007). **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, Contexto.

SWYNGEDOUW, E. (2002). The Strange Respectability of the Situationist City in the Society of the Spectacle. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 2, p. 153-165.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A. (2002). Neoliberal Urbanization in Europe: Large-scale Urban Development Projects and The New Urban Policy. **Antipode**, v. 34, n. 3, 542-577.

THEODORE, N.; PECK, J.; BRENNER, N. (2011). Neoliberal Urbanism: Cities and the Rule of Markets. BRIDGE, G.; WATSON, S. **The New Blackwell Companion to The City**. Nova Iorque, Wiley.

VALLADARES, L. (2005). **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro, FGV.

VILLAÇA, F. (2001). **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Nobel/FAPESP/Lincoln Institute.

WACQUANT, L. (2007). Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality. **Thesis Eleven**, v. 91, n. 1, p. 66-77.

WACQUANT, L. (2008). **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. Cambridge, Polity Press.

WARD, K. (2007). Business Improvement Districts: Policy Origins, Mobile Policies and Urban Liveability. **Geography Compass**, v. 1, n. 3, p. 657-672.